

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO
0061.2023 DO MUNICÍPIO DE XAXIM - SC**

Processo Licitatório nº 0061/2023

Concorrência Pública para Compras e Serviços nº 0001/2023

VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA,

Pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos, inscrita no CNPJ nº 17.658.911/0001-03, com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 228, 10º andar, sala 1002, centro, Curitiba, Paraná, CEP 80.010-130, vem apresentar sua **IMPUGNAÇÃO** ao EDITAL do Processo Licitatório nº 0061/2023, na modalidade Concorrência Pública para Compras e Serviços nº 0001/2023, do Município de Xaxim, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

SÍNTESE FÁTICA

Pretende o Município de Xaxim, a contratação Contratação de empresa especializada para a execução da Coleta manual e mecanizada, Transporte, Tratamento e Destinação Final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, orgânicos, recicláveis e de veículo equipado com caçamba coletora/compactadora e destinação final em unidade de triagem e aterro sanitário, conforme disposto no Anexo I do Edital, conforme especificação contida no item I do edital.

Ocorre que o Edital supracitado possui disposições que ferem a legalidade, conforme adiante será demonstrado.

CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer a tempestividade do presente questionamento nos parâmetros do edital.

9. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

9.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na Prefeitura Municipal de Xaxim.

Assim, tendo em vista que a data final para recebimento das propostas é o dia 12/05/2023 (Item 1.1), o prazo para questionar o Edital foi devidamente observado.

Recebimento das propostas: Até às 08h30min do dia 12 de maio de 2023

Abertura das propostas: Dia 12 de maio de 2023, às 09h.

Local: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro.

Portanto, na forma da Lei, esta licitante encaminha a presente impugnação ao Ato Convocatório, inequivocadamente, cabível e tempestiva.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como é cediço, a contratação de qualquer produto e/ou serviço pela Administração Pública é realizada por meio de licitação, lastreada nos princípios constitucionais gerais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como, nos princípios específicos da Lei nº 8.666/93, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório, economicidade e eficiência, julgamento objetivo e obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

Analisando o instrumento convocatório percebe-se claramente a aglutinação de serviços de naturezas distintas, como lote único, compreendendo: Transporte +

Tratamento + Destinação Final + Aterro Sanitário, sem a previsão expressa de qualquer justificativa para tanto.

A licitação está prevista para iniciar-se às 08h30 do dia 12 de maio de 2023.

Ocorre que a prática é ilegal, pois é de clareza irritante a possibilidade de individualização dos itens, possibilitando que um universo maior de concorrentes possa participar da licitação e que a administração pública escolha as melhores propostas dentre todas as apresentadas.

No âmbito das Licitações Públicas é crucial a divisão de itens como os acima mencionados em lotes separados, prestigiando uma maior coleta de propostas a permitir a seleção daquela mais vantajosa à administração pública.

Na contramão, a “aglutinação” significa agrupar mais de um serviço ou produto em um único objeto a ser licitado, ofendendo o artigo 23, §1º, da Lei 8.666/93, a qual impõe o fracionamento:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

. . .

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Portanto, a observância do princípio da competitividade significa que a Administração Pública deve estabelecer critérios de contratação que fomentem o maior número de interessados no certame, com o fito de atrair uma diversidade de

propostas, sem deixar de lado a especialidade necessária para a melhor execução do objeto licitado.

O Edital vergastado cumula itens de natureza distinta em um único lote, sendo o critério de escolha o “menor preço global”.

Tal situação acarreta a violação dos princípios norteadores das licitações, dentre eles, o princípio da competitividade mencionado acima, já que, ao acumular serviços distintos dentro de um mesmo lote, limita as empresas participantes, diminuindo a salutar concorrência, beneficiando uma empresa em detrimento do objetivo maior, vale dizer, a coleta da proposta mais vantajosa (por item).

Também ofende o princípio da isonomia, pois implica em dispensar tratamento não igualitário a todos os possíveis concorrentes.

Nesse sentido, o art. 3º, §1º da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (...) I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.

A prática ofende o art. 37, XXI da CF/88:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

. . .

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

Neste viés, a Súmula nº 247 do TCU:

SÚMULA Nº 247. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A aglutinação injustificada de itens totalmente divisíveis em um único objeto, como no presente caso, já foi matéria de discussão no Tribunal de Contas do Estado do Paraná -através do acórdão nº 931/20/Tribunal Pleno – onde se firmou o entendimento que “apenas em circunstâncias específicas, de caráter técnico ou econômico, atinentes às peculiaridades do licitante, é possível autorizar a aglutinação dos serviços a serem licitados em lote único, desde que devida e expressamente motivado pelo gestor, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93”, inclusive com a obrigatoriedade de elaboração de planilha detalhada

com a indicação da composição dos custos unitários relacionados a cada obra ou serviço licitado.

O processo licitatório em tela demonstra a consequência na prática em que a aglutinação acarreta ao certame. A probabilidade de apenas uma empresa apresentar envelope com a proposta, no dia da licitação é enorme, tendo em vista que as exigências requeridas no objeto principal impedem a participação de outras empresas por não cumprirem uma ou mais funções impostas.

Postas tais premissas, requer-se seja o edital retificado, ajustando a licitação agendada aos ditames legais, impedindo que seja beneficiado um concorrente em detrimento aos demais e ao interesse público.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O devido recebimento e processamento desta impugnação editalícia, posto que legalmente prevista e tempestivamente apresentada;
2. A suspensão imediata dos trâmites licitatórios, com as devidas retificações no edital, a fim de que atenda aos ditames legais no tocante ao ponto impugnado.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Campo Largo, 25 de abril de 2023.

VIGILANTES DA GESTÃO PÚBLICA
CNPJ Nº 17.658.911/0001-03